



Veredas atemática

Volume 20 nº 2 – 2016

**A oração relativa à luz da Gramática Discursivo-Funcional: função interacional
Resgate¹**

Aliana Lopes Câmara (IFSP)

RESUMO: Este estudo investiga o funcionamento interacional das construções relativas, a partir dos pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). O *corpus* consiste em ocorrências de língua falada, representativas de diferentes variedades da língua portuguesa, extraídas do Projeto “Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais”. Por meio de uma análise qualitativa, comprova-se a existência de uma oração relativa, denominada interativa, que estabelece uma relação de dependência pragmática com porções textuais, e não com o sintagma. Essa relação de dependência se estabelece entre Movimentos no Nível Interpessoal.

Palavras-chave: Gramática Discursivo-Funcional; oração relativa; nível Interpessoal; movimento.

Introdução

A subordinação tem sido concebida pela perspectiva tradicional a partir de critérios exclusivamente sintáticos, em termos de dependência. A oração subordinada substantiva, por exemplo, é definida como dependente da oração principal por exercer a função sintática de um de seus termos (sujeito, objeto direto, objeto indireto, complemento nominal, predicativo e aposto). Já a função sintática da oração subordinada adverbial equivale à de adjunto adverbial

¹ Apresento aqui os resultados de minha tese de Doutorado, intitulada “A oração relativa em português sob a perspectiva discursivo-funcional: interface entre a descrição e o ensino”, desenvolvida sob orientação da Prof.^a Dr.^a Erotilde Goreti Pezzatti.

da oração principal e expressa certas circunstâncias (tempo, condição, finalidade etc.) em que o evento da oração principal se realiza.

No tocante à oração relativa, as gramáticas tradicionais não fogem à regra, já que também partem da dependência em relação ao antecedente como principal critério classificatório. Desde esse prisma, diz-se que a oração relativa exerce a função sintática de adjunto adnominal do antecedente a que se relaciona (CUNHA; CINTRA, 2008, p. 615). Na tentativa de se delimitar uma subclassificação das relativas, a tradição aponta para dois tipos: oração relativa restritiva e oração relativa explicativa. Em termos semânticos, a oração relativa restritiva tem como função delimitar, precisar o sentido do antecedente, sendo, portanto, indispensável ao sentido da frase; enquanto a explicativa relaciona-se ao antecedente como uma qualidade acessória, esclarecendo-lhe o significado, tal como faz o aposto, não sendo, portanto, essencial para o sentido da frase.

Baseando-se no funcionalismo norte-americano, Decat (2001, 2004)² argumenta a favor da existência de relativas sintaticamente independentes ou “desgarradas”. A autora descreve as orações relativas, mostrando que a relação de dependência dessas orações necessita ser investigada, considerando-se o contexto em que ocorrem e seu papel na organização discursiva. Afirma ainda que as relativas apositivas “desgarradas” são estratégias de focalização que desempenham um importante papel no percurso argumentativo textual, na medida em que materializam a intenção do produtor do texto de dar ênfase a determinado aspecto, como nos exemplos a seguir.

(1) Este o teor da carta recebida do leitor Aresio Marques, pescador que acredita na existência do caboclo d'água. *Um direito que lhe assiste.* (Plínio Barreto, “Caboclo de novo”, ESTADO DE MINAS, 16/06/04, p. 2, *apud* DECAT, 2004, p. 96)

(2) O fato é que o Repórter Vesgo, do programa *Pânico na TV*, já virou “celebridade” de tanto correr atrás de famosos nas festas do mundinho vip. *O que não quer dizer que tenha deixado de ser persona non grata nas rodas onde circula.* (Daniela Mata Machado, “Chato de carteirinha”, ESTADO DE MINAS, 12/06/04, *Coluna Caras e Bocas*, p.7, *apud* DECAT, 2004, p. 96)

(3) Na hora agá, ela fraquejou. Não apareceu. Não pulou a janela com a trouxa. Ele acabou se afastando desiludido, mas começou a mandar cartas para ela através de um amigo. *Que não as entregou.* Ao contrário, guardou-as, começou a namorar a moça e logo casou-se com ela. (Affonso Romano de Sant’Anna, “Fugir por amor”, ESTADO DE MINAS, 14/11/04, Caderno *Cultura*, p.8, *apud* DECAT, 2004, p. 97)

A autora entende que as orações relativas desgarradas, com vistas a dar maior ênfase à informação veiculada, podem exercer função textual-discursiva. A função *avaliação*, como o nome já diz, traz uma avaliação feita pelo próprio produtor do texto sobre o assunto de que está tratando, como em (1) e (2). Já a função *retomada* é usada para reaver informações veiculadas anteriormente no texto, tal como em (3), em que o pronome retoma o referente *amigo*.

² Cf. também os estudos sobre a independência das orações subordinadas adverbiais, a partir da perspectiva funcionalista (DECAT, 1999, 2010; GARCIA, 2010; STASSI-SÉ, 2012).

Pelo menos duas questões são suscitadas pela proposta de Decat. Primeiramente, será que de fato há um funcionamento sintático idêntico (independência sintática) entre as três construções acima referidas, apesar de cada uma delas iniciar-se de modo diferente (*sintagma nominal + que, o que e que*, respectivamente)? Em outras palavras, não haveria nenhuma diferença estrutural entre elas, apesar de as duas primeiras serem introduzidas por sintagma nominal e pronome *o*, respectivamente, e a última referir-se claramente ao sintagma *amigo*, presente na oração anterior? E, em segundo lugar, considerando que a autora defende a independência sintática da oração relativa com relação ao núcleo nominal, o item que encabeça as construções desgarradas continuaria exercendo a sua função de transpositor de oração subordinada (nos termos de BAGNO, 2011, p. 900)? Em outros termos, considerando que a oração relativa se encontra sintaticamente desvinculada do núcleo, será que o item que a encabeça deixa de funcionar como um pronome relativo prototípico com função de (além de retomar anaforicamente o núcleo) “recategorizar a sentença encaixada em um adjetivo” (BAGNO, 2011, p. 900)?

O estudo de Decat (2001, 2004) investiga o funcionamento textual das orações relativas e aponta para dois aspectos que, devido à sua complexidade, ainda precisam ser investigados: o funcionamento discursivo da oração relativa e a suposta relação de independência morfossintática dessas construções. A hipótese deste trabalho, formulada sobretudo a partir da análise da autora, é a de que a oração relativa possa operar na organização de trechos discursivos, constituindo-se como um Movimento, uma vez que pode consistir em uma contribuição autônoma para a interação.

Na implementação deste estudo, as construções relativas foram extraídas a partir do *cópus* “Português Falado”³, que é representativo de todas as variedades que têm o português como língua oficial. Este *cópus* foi produzido pelo Projeto “Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais”, coordenado pelo CLUL (Centro de Linguística da Universidade de Lisboa) e realizado em parceria com as Universidades de Toulouse-le-Mirail e de Provence-Aix-Marseille. Não se trata de um *cópus* equilibrado, o que não compromete a análise, já que não se pretende realizar uma análise contrastiva entre as variedades. As amostras são representativas das variedades portuguesas faladas em Portugal, Brasil, Macau, Goa, Timor-Leste e nos países africanos cuja língua oficial é o português (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Esta pesquisa, de cunho qualitativo, consiste em, primeiramente, identificar as relativas com funcionamento interacional; e, a seguir, realizar-se a descrição dos dados com base nos níveis e camadas de análise linguística (Interpessoal, Representacional, Morfossintático e Fonológico), seguindo a disposição hierárquica e modular da Gramática Discursivo-Funcional.

Na análise dos aspectos prosódicos, utilizando o programa *Nero Wave*, recorta-se, no arquivo sonoro, apenas o trecho correspondente à oração relativa e à oração principal ou núcleo nominal a que se relaciona. Por meio do programa computacional PRAAT⁴, desenvolvido por Paul Boersma e David Weenik, do Instituto de Ciências Fonéticas da Universidade de Amsterdã, realiza-se a análise estatística da frequência fundamental (F_0) dos arquivos de som, interpretando os eventos tonais de cada sentença e relacionando-os à linha

³ O *corpus* está disponível *online* no site http://www.clul.ul.pt/sectores/linguistica_de_corpus/projecto_portuguesfalado.php.

⁴ Programa disponível para download em: <http://www.fon.hum.uva.nl/praat/>

segmental; e efetua-se a interpretação e análise dos dados, para visualização dos resultados encontrados na análise de oitiva inicial.

O texto encontra-se estruturado da seguinte forma. Na primeira seção, expõem-se alguns pressupostos teóricos da Gramática Discursivo-Funcional, relevantes na descrição do fenômeno em estudo; na segunda seção, apresentam-se os resultados da descrição e da análise da oração relativa interativa, seguindo os níveis propostos pelo modelo funcionalista holandês; por fim, apresentam-se as considerações finais, sintetizando-se as principais características da relativa interativa.

1. Arcabouço teórico

Discutem-se, nesta seção, alguns princípios gerais subjacentes ao modelo teórico aqui adotado, a Gramática Discursivo-Funcional (doravante GDF), focalizando-se a estruturação do Componente Gramatical em níveis e camadas que serão determinantes para a análise.

A GDF se estrutura a partir de quatro aspectos cruciais: (i) organiza seus níveis e camadas de maneira descendente (*top-down*), iniciando-se pelas unidades superiores e terminando nas unidades inferiores, na seguinte direção: pragmática → semântica → morfossintaxe → fonologia; (ii) adota, na tentativa de priorizar a influência de fatores pragmáticos na gramática, o Ato Discursivo como unidade básica de análise, ampliando o estudo da língua para além do escopo da oração; (iii) inclui as representações pragmáticas e semânticas, em conjunto com as representações morfossintáticas e fonológicas, como parte do modelo gramatical; e (iv) inclui, no modelo de interação verbal, as interseções do Componente Gramatical com os Componentes Conceitual, Contextual e de Saída (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 1).

A estruturação descendente da gramática advém da tentativa de conferir adequação psicológica à teoria. Os estudos psicológicos empreendidos por Levelt (1989) têm comprovado que a produção linguística inicia-se com a intenção pré-linguística do Falante e termina com a articulação das Expressões Linguísticas. Assim, a GDF também organiza o Componente Gramatical de forma a refletir o processamento linguístico individual. Dessa forma, a elaboração das sentenças é submetida às operações de formulação e codificação. As regras de formulação selecionam as representações pragmáticas e semânticas válidas para dada língua, e as regras de codificação, por seu turno, determinam a conversão dessas representações pragmáticas e semânticas em representações morfossintáticas e fonológicas.

O Componente Gramatical é apenas parte de uma teoria mais ampla da interação verbal, que inclui três componentes não-verbais, a saber, o Componente Conceitual, o Componente Contextual e o Componente de Saída. O Componente Conceitual funciona como uma “força motriz” por trás da gramática da língua e contém os aspectos cognitivos responsáveis pelas intenções comunicativas. O Componente Contextual, por seu lado, tem dois papéis na interação: facilitar o desenvolvimento das intenções comunicativas pelo Falante e contribuir para a interpretação do Ouvinte (DIK, 1997, p. 410-412). O Contexto define-se por seu caráter mutável: conforme o discurso prossegue, o contexto também muda, e vice-versa, pois cada oração vai ser produzida/interpretada no contexto do que já foi dito até aquele momento e será acrescentada ao contexto em que serão produzidas novas orações (CONNOLLY, 2007, p. 13). As orações já presentes no Contexto são informações dadas; as que entram, informações novas. O último componente que se relaciona com a Gramática, o

Componente de Saída ou Articulador, recebe o *input* do Nível Fonológico, convertendo-o em estruturas de saída por meio de regras fonéticas apropriadas para a elaboração de um enunciado adequado, isso quer dizer que a articulação propriamente dita ocorre fora da gramática.

O Componente Gramatical é composto por quatro níveis. O nível mais alto na hierarquia, o Interpessoal, diz respeito aos aspectos formais da unidade linguística que refletem seu papel na interação entre Falante e Ouvinte (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 46). Por *aspectos formais* entende-se que este nível descreve apenas os aspectos interpessoais das unidades linguísticas que são codificados na mensagem, e não quaisquer outros aspectos que não têm expressão na gramática de certa língua. No Nível Interpessoal, podem-se reconhecer as seguintes unidades:

(4) (D₁):[(M₁): [(A₁:[(F₁)(P₁)_S (P₂)_A (C₁:[(T₁)_[Φ]...(T_{1+N})_[Φ] (R₁)_[Φ]...(R_{1+N})_[Φ]] (C₁)_[Φ]] (A₁)...(A_{1+N})_[Φ]] (M₁) (D₁)] (Esquema de HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, reelaborado por STASSI-SÉ, 2012)

Aderimos aqui à proposta de Stassi-Sé (2012), que, em seu trabalho sobre subordinação discursiva, acrescenta a camada do Discurso (D) à estrutura gramatical proposta na GDF por Hengeveld e Mackenzie (2008), com o intuito de abarcar as relações que se estabelecem entre as orações adverbiais “independentes” ou “desgarradas”. O Discurso é constituído por um ou mais Movimentos (M), que, por sua vez, pode ser composto por um ou mais Atos Discursivos (A), relacionados em termos de equipolência ou dependência. O Ato Discursivo tem posições obrigatórias para a Ilocução (F) e para o Falante (P₁), mas também pode conter o Ouvinte (P₂) e o Conteúdo Comunicado (C), que é composto por um ou mais Subatos de Atribuição (T) e de Referência (R).

Segundo Stassi-Sé (2012, p. 175), as orações adverbiais “independentes” ou “desgarradas” consistem em Movimentos que estão em relação de *subordinação discursiva* com um ou mais Movimentos, ou seja, a oração estabelece uma dependência pragmática com relação a trechos discursivos, contribuindo, portanto, para a construção da rede temática do texto e para a coesão e coerência textuais. Ademais, a autora propõe uma tipologia de funções interacionais (Transição, Adendo, Salvaguarda e Resgate) que podem ser atribuídas aos Movimentos. A adoção dessa perspectiva permite descrever orações que não estabelecem relações de dependência morfosintática, mas que, interacionalmente, são dependentes de outros trechos informativos na construção temática do discurso, tal como em (5).

(5) inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares porque, *como sabemos*, eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher. (Guiné-Bissau:MulherAfricana)

(5') (D: [(M: inclusivamente famílias alargadas em que temos, eh, portanto, desde sobrinhos, sogros, ele, dessa mulher, enfim, cunhados e familiares (M)) (M : - sabemos, eh - (M)_{Resgate}) (M: eh, as famílias africanas são bastante alargadas, essa responsabilidade cai sobre os ombros da mulher (M))_{Transição}] (D))

Nessa ocorrência, o papel da conjunção *como* não é estabelecer uma relação de dependência comparativa entre duas orações, e sim instruir o Ouvinte a retomar de sua memória episódica informações que já estão contextualmente disponíveis. Não é possível recuperar essa informação apenas pela oração imediatamente anterior. Como se pode perceber, é necessário acessar informação compartilhada culturalmente pelos interlocutores. É justamente o fato de ser uma informação dada contextualmente que permite sua referência anafórica por meio da oração.

O Nível Representacional lida com os aspectos semânticos das unidades linguísticas, que são descritas em termos da natureza *designativa*. Diferem-se das unidades interpessoais, que têm uma natureza *evocativa* e funcionam internamente à situação discursiva. Com base numa distinção entre categorias semânticas, o Nível Representacional está organizado de acordo com a seguinte estrutura:

(6) $(p_1: [(ep_1: [(e_1: [(f_1: [(f_2)^n (x_1)_{\phi} \dots (x_{1+n})_{\phi}] (f_1)) \dots (f_{1+n}) (e_1)_{\phi}] \dots (e_{1+n})_{[\phi]}] (ep_1)) \dots (ep_{1+n})_{[\phi]}] (p_1))$
(HENGEVELD; MACKENZIE, 2008)

A camada representacional mais alta é o Conteúdo Proposicional, que é um construto mental sobre conjuntos de Estados-de-Coisas. A seguir, vem o Episódio, que é constituído por um conjunto tematicamente coerente de Estados-de-Coisas. A categoria semântica do Estado-de-Coisas é constituída por uma Propriedade Configuracional que seleciona uma combinação de unidades semânticas sem relação hierárquica entre si, podendo inclusive selecionar uma Propriedade Lexical.

Os dois níveis discutidos anteriormente são responsáveis pelo processo de formulação das unidades pragmáticas e semânticas, o que significa transpor as intenções conceituais vindas do Componente Conceitual em formas linguísticas específicas para cada língua. A oração relativa em português, segundo Camacho (2012, 2013) e Câmara (2015), pode ser formulada semanticamente (relativa restritiva) ou pragmaticamente (relativa não-restritiva). Essa posição traz uma inovação para os estudos tradicionais, pois determina com precisão a diferença entre as duas construções, apontando para a relevância de também se considerarem fatores pragmáticos na descrição linguística dessas construções. Segundo Câmara (2015, p. 86), com base em Dik (1997), a oração relativa restritiva funciona como modificador de um núcleo nominal e tem a função de restringir o núcleo nominal, delimitando-o dentre um conjunto de referentes possíveis, como em (7) a seguir:

(7) e em segundo, se de facto, efectivamente, o governo, quando faz essas leis, tem mesmo na mente que também, hum, essas crianças *que a gente tem*, ao ficarem em casa só por dois meses, conseguem mesmo efectivamente ter o afecto próprio, hum, se é possível mesmo isso. (Moçambique:Maternidade:linha35)

O núcleo nominal *essas crianças* pertence a dois Estados-de-Coisas (*a gente ter essas crianças* e *essas crianças conseguirem ter o afeto próprio*) e a função da relativa restritiva é identificar, dentro de um conjunto específico de referentes, a que crianças a Falante está se referindo para que o Ouvinte possa identificar o referente com clareza e possa acrescentar-lhe a informação veiculada.

Já a relativa não-restritiva, segundo a autora, é formulada pragmaticamente como um Ato Discursivo em relação de dependência com outro Ato Discursivo. O estatuto de Ato da relativa não-restritiva se comprova, primeiramente, pelo fato de a relativa não-restritiva poder ser modificada por elementos próprios da camada do Ato, como o modificador *além disso* em (8); e ter *status* ilocucionário independente da oração principal, o que é perceptível, por exemplo, na reelaboração da sentença em (9).

(8) e contra a informação. no caso específico da ANI, que é aquele que eu conheço, a ANI tem um contrato com a United Press International, que é uma grande agência americana e *que [além disso] tem os seus correspondentes em todos os pontos possíveis do mundo.* (Portugal:Jornalismo:linha11)

(9) é. conheci grandes treinadores, Roberto Kell, *que foi o famoso treinador dos violinos do Sporting*, depois de abandonar mas que a gente de Famalicão nunca o abandonou, foi um treinador que f[...], esteve, esteve rico (Portugal:DesportoDinheiro:linha22)

(9') Você conhece Roberto Kell, que foi um famoso treinador dos violinos do Sporting?

Percebe-se com clareza que apenas o conteúdo da oração *Você conhece Roberto Kell* é questionado em (9'), ou seja, a pergunta incide sobre o fato de o interlocutor conhecer o indivíduo, enquanto o conteúdo da oração relativa continua sendo veiculado como um Ato com Ilocução Declarativa, ou seja, não se questiona o fato de o indivíduo ser um famoso treinador dos violinos do Sporting.

Os níveis Morfossintático e Fonológico, por seu turno, são responsáveis pela tarefa de codificação dessas formas linguísticas. Ao receber o duplo *input* advindo dos níveis Interpessoal e Representacional, o Nível Morfossintático irá convertê-lo em uma representação estrutural única, que, no Nível Fonológico, será transformada em um construto fonológico, a ser, finalmente, enviada como *input* para o Articulador (ou Componente de Saída).

A organização interna do Nível Morfossintático inicia-se com a camada hierarquicamente mais alta, a do Texto, composta por pelo menos uma Expressão Linguística, conforme o esquema a seguir:

(10) (Te₁: [(Le₁: [(Xw₁) (Xp₁) (Cl₁: [(Xw₂) (Xp₂): [(Xw₃) (Xp₃) (Cl₃)] (Xp₂)]{ } (Cl₂){ } (Cl₁)](Le₁)](Te₁)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, reelaborado por STASSI-SÉ, 2012)

A camada do Texto (Te) foi proposta recentemente para o Nível Morfossintático por Stassi-Sé (2012, p. 178), em seu estudo sobre as orações subordinadas 'independentes', na tentativa de postular uma camada mais alta, que abarcasse as relações de subordinação entre Expressões Linguísticas. A Expressão Linguística (Le) pode ser constituída de apenas uma unidade ou pode ser uma combinação de Sintagmas (Xw, Xp) e/ou Orações (Cl). Essa combinação pode ser de vários tipos, a depender do grau de dependência entre as unidades. A oração é composta por Palavras, Sintagmas ou Orações. Já o Sintagma pode consistir num

conjunto unitário ou diverso de Palavras, Sintagmas e Orações. Quanto à oração relativa, tanto a restritiva como a explicativa têm padrão morfossintático idêntico: um sintagma nominal recruta, por meio da recursividade, um molde oracional, formando uma estrutura complexa.

O Nível Fonológico recebe *input* tanto do Nível Morfossintático, como diretamente dos níveis Interpessoal e Representacional. O Nível Fonológico contém também seus próprios primitivos, que serão aplicados ao Articulador: (i) padrões prosódicos que se aplicam a cada camada de análise, como a divisão de Enunciados em Frases Entoacionais e destas em Frases Fonológicas; (ii) um inventário de sequências segmentais representativo de configurações particulares de morfemas e preenchedores de lugar (*placeholders*) introduzidos em outros níveis; (iii) operadores terciários, como os que indicam subida e descida da Frase Fonológica.

A GDF baseia-se essencialmente na Fonologia Prosódica (NESPOR; VOGEL, 1986) para delimitação das seguintes camadas dentro do Nível Fonológico: Enunciado, Frase Entoacional, Frase Fonológica, Palavra Fonológica, Pé e Sílabas, conforme a estrutura a seguir:

(11) (U₁: [(IP₁: [(PP₁: [(PW₁: [(F₁: [(S^N) (F₁))] (PP₁))] (IP₁))] (U₁)) (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008)

O Enunciado (U) consiste de uma ou mais Frases Entoacionais (IP), que, por sua vez, é composta de uma ou mais Frases Fonológicas (PP), que é constituída de uma ou mais Palavras Fonológicas (PW), e assim sucessivamente. Segundo Hengeveld e Mackenzie (2008), os Enunciados são compostos por uma ou mais Frases Entoacionais, em que cada uma contém um núcleo, ou seja, um movimento de altura localizado em uma ou mais sílabas e é separada de outras Frases Entoacionais por pausas menos longas que as usadas nos Enunciados. Além da pausa, pode haver também (ou apenas) um movimento entoacional terminal ou outras indicações rítmicas e duracionais (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 432).

A Frase Fonológica se caracteriza por conter uma sílaba acentuada mais fortemente que as outras. Uma das Frases Fonológicas (normalmente a última) dentro da Frase Entoacional representa um movimento de altura na sílaba mais acentuada, denominada sílaba nuclear, em que incide o movimento global de subida ou de descida dentro da Frase Entoacional.

A diferença na formulação das orações relativas é mapeada exclusivamente na representação fonológica. Conforme observa Câmara (no prelo), a oração relativa não-restritiva, por apresentar um contorno entoacional próprio, constitui uma Frase Entoacional, marcada na fala por mudança na tessitura, o que não se verifica na oração relativa restritiva, que constitui uma Frase Fonológica.

Esse nível caracteriza-se por ser “digital”, já que contém representações em fonemas que se baseiam em oposições binárias. A representação gerada aqui serve de *input* para o Articulador, que é responsável por questões como frequência do formante, intensidade, duração e características espectrais. Para estabelecer a relação entre essas informações do Articulador e os aspectos prosódicos no Nível Fonológico, partimos da análise e da interpretação dos dados gerados pelo programa computacional PRAAT. Isso justifica a opção

por partir também dos postulados teóricos da Fonologia Entoacional (LADD, 1998), que nos dará as ferramentas para estabelecer tal relação.

Ladd (1998) postula que a estrutura tonal do enunciado é linear e pode ser descrita em termos de eventos tonais e transições. As transições constituem contornos de altura que não são fonologicamente especificados e apenas servem para marcar a transição de um evento a outro. Já os eventos tonais principais relacionam-se, especialmente, a tons de altura (*pitch accents*) e tons de fronteira (*edge tones*). O tom de altura é uma variação de altura em algum ponto da linha de base (*baseline*), que pode envolver um tom local máximo ou mínimo que se associa às sílabas proeminentes acentuadas no enunciado. Dessa forma, o padrão entoacional do enunciado é dado em termos de uma linha de acentos de altura e de tons de fronteira, que são descritos em termos de tons de nível primário Alto (H) e Baixo (L), que se referem ao nível de altura na realização fonética.

Na próxima seção, apresentam-se os resultados da descrição e da análise dos dados.

2. A relativa interativa: da formulação pragmática à codificação prosódica

2.1. Da formulação da oração relativa interativa

Este estudo aponta a existência de um terceiro tipo de relativa, que difere essencialmente das orações relativas restritiva e não-restritiva, no que diz respeito ao processo de formulação e codificação. A análise se baseia no estudo de Stassi-Sé (2012) sobre as orações adverbiais “independentes”.

Observe-se o trecho em (12) do inquirido “Festa de estudante”, em que a ex-professora de inglês questiona a aluna sobre a relação que se estabelece, no âmbito intra e extraescolar, entre professor e aluno.

(12) A: Trattoria acho que é. aí nisso ia passando a Rosires, que é nossa directora, a Eliana, a Maria, não é, que é de inglês, aí a gente chamou todos ele lá dentro, foi maravilhoso. aquilo que era para ser só uma cervejinha que era o combinado acabou assim saindo em pizza, não é, acabou em pizza como fala o ditado realmente. e ficamos ali até meia noite e meia, quer dizer, cada um tinha seu compromisso, seu, a esposa esperando, eu não, é lógico, mas eles tinham e foi muito gostoso porque a partir dali nasceu uma amizade mais gostosa com o professor. além de ele ser o professor, ele foi o amigo da gente. então quer dizer muito mais evento desse deveria acontecer, não só com eles em si mas com a família deles, tudo. nós, como eu te falei vira uma família, a escola. então foi gostoso...

B: e assim como é que é o caso da Maria *que você estava me contando?* que é...?

C: foi logo no começo assim. ela chegou assim como um general. ela disse assim que a estrela da classe é o professor. não deixa de ter uma razão. só que ela chega com uma certa autoridade, logo no primeiro dia ela não cativou os alunos. ela já chegou assim meia rude e... ela pediu para escrever uma palavra na lousa, toda a gente escreveu logicamente, ninguém nasceu sabendo inglês, a gente sabendo inglês esse ano, tudo, não é, já vi na quinta série mas só na quinta série. e por falar, inglês é uma língua que eu quero aprender. eu adoro inglês, adoro. até meu irmão faz, minha cunhada faz, as criança dele faz, já estão falando super dez, canta as músicas, já dá para acompanhar. eu acompanho aquela, uma "Unchained Melody", não é, que você deu. (Brasil:FestaEstudante:linha27)

Primeiramente, não é possível defender que a relativa destacada tenha a mesma função da apositiva. Diferentemente dessa, que acrescenta uma informação acessória, mas relevante para o percurso argumentativo traçado pelo Falante, a relativa destacada em (12) não acrescenta informação relevante para atingir os objetivos comunicativos do Falante.

Tampouco é possível afirmar que a oração relativa *que você estava me contando* tem como função principal especificar o núcleo nominal *caso*, porque este já está disponível no Componente Contextual⁵. Isso não quer dizer que a construção deixe de especificar o núcleo, uma vez que, em seu processo de formulação semântica, permanece o papel de modificador. O núcleo *caso* primeiramente é especificado pelo modificador simples *da Maria* e, depois, pelo modificador oracional (a oração relativa), cuja função não é apenas especificar o núcleo, mas também atuar na organização discursiva. Isso significa que a relativa interativa passa a ser definida essencialmente pelo seu papel na interação.

Observe-se que os lexemas dessas construções consistem especificamente em pronomes pessoais que se referem aos interlocutores (*eu* ou *você*) e em verbos *dicendi* que têm uma função metalinguística singular, já que remetem ao próprio discurso.

O núcleo desse tipo de construção é normalmente genérico, tais como *negócio*, *caso*, *questão*, etc. O Contextualizador, responsável por estabelecer a ligação entre os componentes Contextual e Gramatical, recupera o Movimento presente no Estrato Interpessoal. Em outras palavras, o núcleo não se refere a um Indivíduo específico, e sim a toda uma porção textual expressa anteriormente no discurso, que consiste em um Movimento, como em (13).

(13) A: tem uma certa liberdade ali de brincar, tudo. acho que deveria ter um pouco mais de respeito da parte dos aluno. isso deveria, que eles a[...], eles confundem muito liberdade com, tem uns que é meio selvagem ali, sabe, é o termo certo de usar, porque de vez em quando o que acontece é uma selvajaria, mas é legal sim.

B: então há esse negócio de liberdade, não é?, *que você está falando...*

A: hum, hum. tem que dar liberdade mas ao mesmo tempo tem o respeito. isso daí tem que partir dos próprios alunos, não é,

B: que nem o negócio de ter que chegar na hora, senão a porta está fechada, o que é que você acha disso?

A: eu acho isso daí muito bom porque senão vira bagunça, a gente assim... fica chateado quando acontece com a gente. fala "poxa! eu trabalhei até agora, saí um pouquinho mais atrasado, chego aqui está fechado." mas tem que ter isso daí. a gente tem que ter consciência que tem, senão vira bagunça. (Brasil:FestaEstudante:linha94)

No início desse trecho, a entrevistada insere um novo tema *liberdade de brincar na escola*, mas o aborda a partir do ponto de vista contrário, defendendo a necessidade de haver mais respeito por parte dos alunos que se comportam como selvagens. Após tecer alguns comentários sobre isso, a entrevistadora lança uma nova questão, com a intenção de que a entrevistada retome o tema da liberdade que existe entre alunos e professores. Para isso, constrói dois Movimentos. O primeiro ([então há esse negócio de liberdade]_{At01} [não é]_{At02}) é constituído por dois Atos Discursivos e funciona como um novo lance no discurso, porque

⁵ Apesar de não haver nenhuma referência anterior a tal caso no inquérito, é possível pressupor que as interlocutoras conversaram sobre esse assunto antes do início da gravação e o desejo da entrevistadora é que a informante comente novamente o caso relatado para que seja gravado em áudio.

exige uma reação do interlocutor (continuar falando sobre o tema que havia sido abandonado). O segundo Movimento (*que você está falando*) tem a função interacional de retomar informações proferidas anteriormente, reavivando-as na memória episódica do interlocutor. Não é possível compreender o papel da relativa, considerando-se apenas o núcleo nominal, é preciso retomar a rede temática do discurso e identificar a que Movimento a oração está se referindo. Além disso, atente-se para a presença do Ato Interativo *não é?*, que aparece antes da oração relativa, delimitando a fronteira entre os Movimentos e abrindo espaço para a tomada de turno, como ocorre em (13), em que a informante retoma o tema que havia sido abandonado.

Há, no corpus, apenas quatro ocorrências de relativas interativas, sendo três no português do Brasil e uma no de Cabo-Verde, o que pode estar refletindo uma variação condicionada geograficamente, que requereria um estudo mais detalhado a partir de uma abordagem contrastiva entre as variedades portuguesas, o que não é o foco deste trabalho.

As relativas interativas não apresentam nem operadores nem modificadores de Movimento, mas é possível criar exemplos hipotéticos⁶ por meio da inserção de partículas identificadoras dessa camada. Pode-se, por exemplo, inserir um operador Sumário, que modifica a camada do Movimento, comprovando-se o estatuto da oração relativa:

(13) [então há esse negócio de liberdade]_{A1}, [não é]_{A2}_{M1}, [[*que, em resumo, você está falando*]_{A3}]_{M2}

A discussão até aqui demonstrou que a relativa interativa não está focalizando o conteúdo que vem sendo desenvolvido, mas a própria construção do discurso, ou seja, trata-se de uma contribuição para a interação, pois motiva uma reação do interlocutor, consistindo, portanto, em um Movimento.

Sendo formulada como um Movimento, como uma contribuição do Falante para a interação, a relativa interativa pode receber funções interacionais, conforme proposto por Stassi-Sé (2012). O conteúdo retomado pela relativa interativa pode estar distante no discurso, mas está disponível no Componente Contextual como Atos Discursivos proferidos anteriormente. O Falante formula esse tipo de construção para indicar ao Ouvinte que se trata de informação contextualmente dada e que pretende reavivar no momento discursivo atual. O foco conferido aos interlocutores, na relativa interativa, se concretiza ou (i) como um pedido para que o Ouvinte retome o tema em questão; nesse caso, usa-se o pronome pessoal *você* para fazer referência ao Ouvinte e abre-se para um novo turno, tal como ocorre nas ocorrências anteriores; ou (ii) como um pedido para que o Ouvinte continue prestando atenção naquilo que o Falante vem dizendo; nesse caso, usa-se o pronome pessoal *eu* para sinalizar que se pretende continuar com o turno, falando sobre um Tópico que está sendo abordado e ao qual ainda pretende acrescentar novas informações, tal como em (14).

(14) A: mas olhe, desculpe voltar a incomodá-la por causa da, do tipo de prato...

B: ah!

A: aquilo é

B: por causa do prato.

⁶ Esse exemplo foi apresentado a vinte informantes e todos consideraram uma construção natural na língua portuguesa.

A: portanto, serviam ali a cachupa, era?
 B: portanto, a cachupa, servia para cachupa e não só.
 A: e não só.
 B: mas normalmente os trabalhadores, os lavradores das terras ou as, os trabalhadores necessariamente.
 A: hum, hum.
 B: davam o dia de trabalho e...
 A: comiam.
 B: e comiam. e se era para estar a, a dividir aos, aos pratinhos e, essa gamela era colocada ao centro da, da mesa.
 A: e comiam todos dali?
 B: e a[...], não!
 A: não.
 B: eh, tem a, a, há uma colher matriz, porque o prato é prato matriz.
 A: sim, sim.
 B: e há uma colher de panela que também é matriz. quer dizer que essa, eh, que é matriz, quer dizer, a c[...], a colher de panela.
 A: hum, hum. percebi.
 B: tam[...], ah, apanhava-se, servia-se então para os, para os pratos pequenos, aliás, eu tenho um prato pequeno.
 A: e eram também...
 B: ó, ó Zizi dá-me aí o prato pequeno, faz favor, olha...
 A: e[...], eram, todos os pratos pequenos eram assim, não era louça, era tudo madeira?
 B: não, era pratos que eu já venho mostrar. mas o mais interessante, de toda esta festa, esta questão, *que eu vou contando*, ah! também servia para quando, enfim, eh, se matava porcos...
 A: hum, hum.
 B: salgar, e era muito bom, porque... esse líquido sa[...], essa água... salgada que...
 (CaboVerde:ColherPanela:linha29)

Neste inquérito, o entrevistado fala sobre as funções de um prato específico de madeira, que servia para os trabalhadores comerem, para se salgar o porco e também para receber o bebê durante o parto, como é dito num trecho anterior ao reproduzido em (14). A relativa interativa *que eu vou contando* refere-se a todo o discurso, que consiste em um conjunto de Movimentos, já proferido pelo Falante desde o início da conversa, e tem como função sinalizar ao interlocutor que vai continuar falando sobre o mesmo tema, ou seja, faz-se referência à própria construção textual.

A função interacional responsável por retomar informações contextualmente disponíveis e ativá-las no discurso corrente é denominada por Stassi-Sé (2012) como função interacional Resgate. Diferentemente das construções analisadas pela autora, em que a função interacional é materializada no Nível Morfossintático como conjunções, defende-se aqui que o pronome relativo não tem esse estatuto morfossintático. De fato, o pronome relativo continua mantendo sua função coesiva de retomada anafórica do núcleo nominal (cf. CÂMARA, 2015). A oração relativa envolve a coindexação de dois Subatos Referenciais, o pronome relativo e o núcleo nominal. E essa propriedade é comum aos três tipos de relativas.

A não expressão da preposição na relativa interativa não está relacionada à natureza pronominal do constituinte *que*, pois a preposição traz apenas informação sobre a função semântica do nome relativizado. Além disso, a não expressão da preposição não impede a retomada anafórica do núcleo nominal da oração principal. Assim, nos exemplos anteriores, é possível identificar-se a referência de *que*, isto é, os núcleos nominais *caso*, *negócio* e *questão*, respectivamente. A não expressão da preposição, que marca a função semântica, é justificada por fatores pragmáticos. Cintra (2005, p. 84), analisando os constituintes circunstanciais do quadro espacial posicionados no início da oração independente, observa

que a não expressão da preposição, em construções como *Olinda ninguém mora*, deve-se à função pragmática Tópico exercida por esse constituinte. De acordo com Dik (1989), a função pragmática mascara a expressão da função semântica, que, por sua vez, prevalece sobre a função sintática, obedecendo assim ao princípio funcional: a pragmática comanda a semântica, e a pragmática e a semântica comandam a morfossintaxe.

Postula-se, neste trabalho, que algo similar ocorre com as relativas interativas. O pronome relativo, ao retomar um referente expresso anteriormente e servir como o ponto de partida para a asserção que o segue, constitui o Tópico da oração relativa, ou seja, há predominio da função pragmática, sendo as funções semântica e sintática relegadas a segundo plano.

2.2. Da codificação da oração relativa interativa

As informações advindas do processo de formulação são codificadas nos níveis morfossintático e fonológico. Verifica-se que, morfossintaticamente, a oração relativa interativa estabelece uma relação de dependência com o núcleo nominal, que consiste em um Sintagma Nominal, conforme a estrutura em (15).

(15) $(Cl_i: [(Np_i: [(Gw^i) (Nw^i) (^{dep}AdjCl_j \dots) (^{dep}AdjCl_j) (Np_i)] \dots]) Cl_i)$ (baseado em HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284)

Segundo Câmara (2015), não há diferença de codificação, no Nível Morfossintático, entre os três tipos de oração relativa. A diferença entre elas será codificada em termos prosódicos. A relativa restritiva é codificada como uma Frase Fonológica, já que o núcleo nominal e a oração relativa têm um único contorno entoacional. Por outro lado, a oração relativa não-restritiva constitui uma Frase Entoacional, já que é pronunciada com tessitura mais baixa que a F_0 padrão do falante. Além disso, ocorre uma subida brusca da altura na última sílaba tônica da oração relativa não-restritiva, formando o padrão entoacional LH*, que pode ser seguido por tom de fronteira L%.⁷

A análise dos gráficos gerados para a relativa interativa demonstra que esse tipo é também demarcado prosodicamente, como se verifica no gráfico 1, que mostra que não há um movimento de elevação e queda, demarcando a oração relativa como uma Frase Entoacional. Há, de fato, uma pausa muito acentuada de 1,3 segundos e um achatamento da sílaba tônica de *citei*, que se torna quase imperceptível acusticamente, caindo drasticamente de 204,7 Hz na sílaba pré-tônica de *citei* para 100,3 Hz em sua sílaba tônica. Desse modo, conclui-se que essas marcas prosódicas delimitam um domínio prosódico maior, que é o do Enunciado Fonológico, como demonstra o Gráfico 1, gerado a partir do exemplo (16).

(16) A: e... conta um caso interessante que um professor contou.
[...]

⁷ Para mais detalhes sobre as diferenças na codificação das relativas restritiva e não-restritiva, consultar Câmara (2015).

B: acho que o mais interessante que eu lembro foi aquele da sucessão que eu te contei das crianças, tal, de, de, da, do filho que a moça estava grávida.

A: ah...

B: o cara era rico. acho que o mais assim que foi interessante foi isso.

A: e... trabalhista não tem nenhuma?

B: de trabalhista? não. só, teve no dia da, da, da mulher, não é, no dia internacional da mulher, foi uma moça lá, uma advogada essa que era mocinha, *que eu já citei*. ela foi lá dar uma palestra para a gente, não é, e ela é advogada trabalhista, na[...], ah, assim não tem nenhum caso assim que ela contou (Brasil:O mundo do direito)

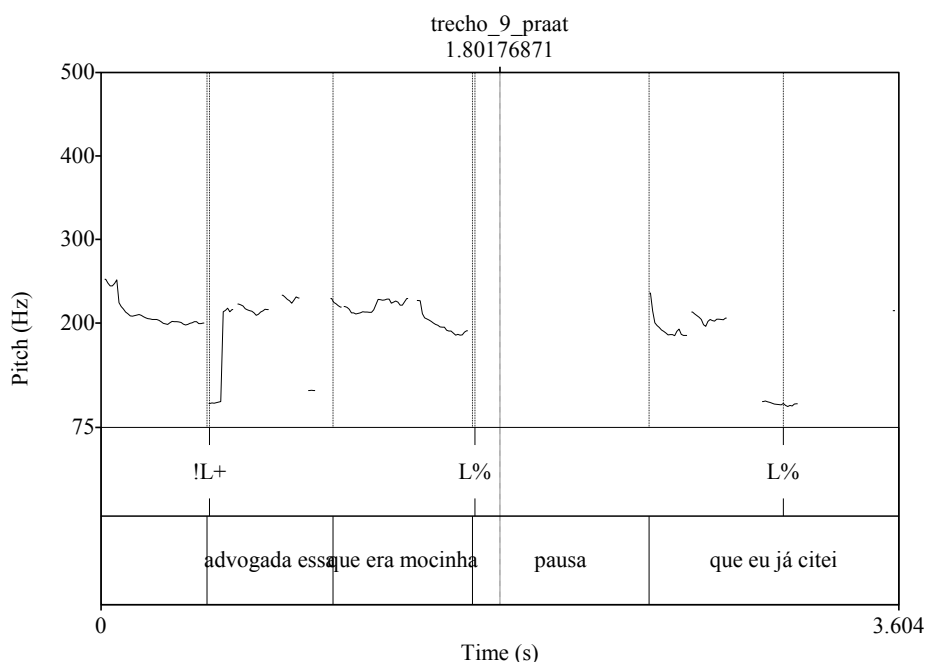


Gráfico 1 – Variação prosódica do enunciado “uma advogada essa que era mocinha, *que eu já citei*”

O gráfico gerado para a relativa interativa mostra que não há uma variação nos limites da oração formando um pico. O que se observa é a ausência de quaisquer variações entoacionais, o que configura um achatamento prosódico. A variação prosódica verificada na relativa interacional deve-se à codificação da função interacional Resgate. A variação prosódica marca para o Falante a relação coesiva que deve ser estabelecida com o(s) trecho(s) anterior(es) e orienta a interpretação correta do enunciado (CAGLIARI, 1992).

Considerações finais

O tema em estudo aqui se define em termos morfossintáticos como uma relação de *subordinação* entre um núcleo nominal e uma oração subordinada. Entretanto, a partir do ponto de vista aqui adotado, que mapeia também unidades pragmáticas em seu modelo de gramática, é possível pensar também em uma relação de dependência no nível Interpessoal, independentemente da relação estabelecida sintaticamente. Isso quer dizer que o conceito de subordinação, quando considerado a partir do critério de *dependência*, pode ser visto também em termos de dependência pragmática entre unidades do Nível Interpessoal.

A partir dessa perspectiva, a análise do *cópus lusófono* aponta a existência de um tipo de relativa distinto das tradicionais relativas restritiva e apositiva. Essa relativa é denominada aqui interativa e é formulada no Nível Interpessoal como um Movimento em relação de *dependência pragmática* com outro Movimento dentro da camada do Discurso. Essas construções não participam do desenvolvimento temático, e sim do monitoramento da interação, o que se comprova pela presença de pronomes pessoais, referentes aos participantes da interação, e de verbos *dicendi*, referentes ao próprio discurso. A relativa interativa é marcada pela função interacional Resgate, cujo papel é retomar informações já inseridas no Componente Contextual, reavivando-as na memória do Ouvinte, conforme especificado em (16).

(16) (D_i: (M_i: [e assim como é que é o caso da Maria] (M_i)) (M₂: [você estava me contando o caso da Maria]_{Resgate} (M₂)) (D_i))

Em termos morfossintáticos, as relativas interativa, apositiva e restritiva assemelham-se às orações completivas nominais por consistirem em um constituinte do Sintagma Nominal. A diferença entre a relativa e a completiva é que, enquanto esta é um argumento exigido pelo nome, aquela é um modificador e, portanto, é opcional. Há uma relação de dependência morfossintática entre o nome e a relativa que consiste em uma relação de *subordinação*. No Nível Morfossintático, as orações relativas têm molde idêntico:

(17) (Cl_i: [(Np_i: [(Gwⁱ) (Nwⁱ) (^{dep}AdjCl_j [...]) (^{dep}AdjCl_j) (Np_i)] [...]) Cl_i) (baseado em HENGEVELD; MACKENZIE, 2008, p. 284)

Em termos fonológicos, a análise do contorno entoacional comprova a especificidade prosódica da relativa interativa, que é pronunciada com pausas longas e com achatamento acústico, delimitando-se como um Enunciado Fonológico.

(18) [(U_i: e assim como é que é o caso da Maria (U_i)) (U_j: **que você estava me contando** (U_j))]

Todas as propriedades da relativa interativa apresentadas neste estudo revelam que o modelo gramatical da GDF, com sua estrutura em níveis e camadas, organizados descendente e hierarquicamente, é eficaz na descrição da formulação e da codificação da oração relativa, levando a uma compreensão de seu funcionamento a partir de suas especificidades pragmáticas, semânticas, morfossintáticas e fonológicas. Há, portanto, duas contribuições fundamentais para os estudos sobre a oração relativa: a existência de uma oração relativa no nível discursivo e a relevância dos aspectos prosódicos em sua distinta codificação.

The relative clause on the light of Functional Discourse Grammar: the interactional function Rescue

ABSTRACT: This study investigates the interactional operation of buildings on the basis of theoretical assumptions of Functional Discourse Grammar (HENGEVELD; MACKENZIE, 2008). The corpus consists of instances of spoken language, representing different varieties of Portuguese, extracted from the Project "Português Falado, Variedades Geográficas e Sociais". Through a qualitative analysis, we prove the existence of a interactive relative clause, that establishes a pragmatic relationship of dependency with textual portions, not with the nominal phrase. This dependency relationship is established between Moves in Interpersonal Level.

Keywords: Functional Discourse Grammar; the relative clause; the interactive relative clause; Interpersonal Level; Move.

Referências

BAGNO, M. **Gramática pedagógica do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

CAGLIARI, L. C. Prosódica: algumas funções dos supra-segmentos. **Cadernos de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 23, p. 137-151, jul./dez. 1992.

CAMACHO, R. G. Construções relativas sob a perspectiva discursivo-funcional. In: SOUZA, E. R. (Org.) **Funcionalismo linguístico**. 12. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2012. v. 1, p. 171-200.

CAMACHO, R. G. Construções relativas nas variedades do português: uma interpretação discursivo-funcional. **Filologia e Linguística Portuguesa**, São Paulo, v. 15, n. 1, p. 179-214, jan./jun. 2013.

CÂMARA, A. L. **A oração relativa em português sob a perspectiva discursivo-funcional: interface entre a descrição e o ensino**. 2015. 179f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) - Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, São José do Rio Preto, 2015.

CÂMARA, A. L. A construção relativa no português brasileiro: aspectos prosódicos delimitativos. **Revista Estudos Linguísticos** (no prelo).

CINTRA, M. R. **Argumentos e predicados do quadro espacial no português brasileiro: uma abordagem funcionalista**. 2005. 95f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP, São José do Rio Preto, 2005.

CONNOLLY, J. H. Context in functional grammar. **Alfa**, São Paulo, v. 51, n. 2, p. 11-33, 2007.

CUNHA, C.; CINTRA, L. **Nova gramática do português contemporâneo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2008.

DECAT, M. B. N. Por uma abordagem da (in)dependência de cláusulas à luz da Noção de ‘unidade informacional’. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 2, n. 4, p. 23-38, 1. semestre 1999.

DECAT, M. B. N. Orações adjetivas explicativas no português brasileiro e no português europeu: oposição rumo ao ‘desgarramento’. **Scripta**, Belo Horizonte, v. 5, n. 9, p. 104-118, 2. semestre de 2001.

DECAT, M. B. N. Orações relativas apositivas: SNs ‘soltos’ como estratégias de focalização e argumentação. **Revista de Estudos Linguísticos Veredas**, Juiz de Fora, v. 8, n. 1/2, p. 79-101, jan./dez. 2004.

DECAT, M. B. N. A função focalizadora de estruturas “desgarradas” no português falado e escrito: um estudo funcionalista de orações em sua ocorrência como enunciado independente. In: MARÇALO, M. J; LIMA HERNANDES, M. C.; ESTEVES, E.; FONSECA, M. C.; GONÇALVES, O.; VILELA, A. L.; SILVA, A. A. (Ed.) **Língua portuguesa: ultrapassar fronteiras, juntar culturas/ SIMELP**. Évora: Universidade de Évora, 2010.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. part I: the structure of the clause. Dordrecht: Foris, 1989.

DIK, S. C. **The theory of functional grammar**. part I: the structure of the clause. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 1997.

GARCIA, T. S. **As relações concessivas no português falado sob a perspectiva da gramática discursivo-funcional**. 2010. 179f. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2010.

HENGEVELD, K.; MACKENZIE, J. L. **Functional discourse grammar**: a typologically-based theory of language structure. Oxford: Oxford University Press, 2008.

LADD, D. R. **Intonational Phonology**. Cambridge University Press: New York, 1998.

LEVELT, W. J. M. **Speaking**: from intonation to articulation. Cambridge: London, 1989.

NESPOR, M.; VOGEL, I. **Prosodic phonology**. Dordrecht-Holland: Foris Publications, 1986.

STASSI-SÉ, J. C. **Subordinação discursiva no português à luz da gramática discursivo-funcional**. 2012. 194f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São José do Rio Preto, 2012.

Data de envio: 21/01/2016
Data de aceite: 10/05/2016
Data da publicação: 23/12/2016